



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



ASFIC/PJ

Porto, 2007-03-13

O SISI e o «Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna»

Mário Coimbra
Secretário Nacional-adjunto ASFIC/PJ

Será que estamos a assistir ao desequilíbrio do princípio da separação dos Poderes do Estado - o predomínio da Segurança em detrimento do Poder Judicial e do sistema de Justiça Penal - através de um «Big Brother» todopoderoso chamado SISI? Ou não? A ver vamos...

As anunciadas revisões da LEI ORGÂNICA DA PJ e da LEI ORGÂNICA DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL podem já, a curto prazo, trazer a clarificação que falta a estas questões... Se acontecer uma redução ou esvaziamento de competências na PJ e esta perder o papel central que lhe cabe (ou melhor, deveria caber) no sistema policial (em especial, na prevenção e informação criminal e na cooperação internacional), perde a Justiça, ganha a Segurança», mas não sei, se aquela Segurança que a Sociedade quer e tem direito.

Tenho a nítida sensação de que parece estar a ganhar aquela «Segurança» que tomou conta do destino de muitos países, e, agora, porventura, de mais um, aquela «Segurança» que contribuiu para o aumento nesses países, da inobservância dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos, aquela «Segurança» que parece ter uma tendência patológica para a fantasia e para a criação de pseudo factos para sustentar projectos de poder, visões messiânicas ou a sua própria perpetuação e até chega ao cúmulo de criar guerras, não se sabe muito bem, se para não cair no desemprego ou se por outro motivo bem mais intrincado.

O burlesco disto tudo é que os adeptos dessa «segurança», ao invés do que defendem e prometem, costumam é trazer mais insegurança, mais crime organizado e mais terrorismo, como a realidade dos últimos anos vem provando.

Se a PJ perder, neste confronto de valores, de conceitos e de poderes, quem vai perder mais, é, indubitavelmente, o cidadão.

Sem colocar em causa o mérito do «Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna» e das entidades que com ele colaboraram o certo é que esta «encomenda» inspiradora do SISI não podia ter chegado a outro «destino».



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



ASFIC/PJ

É curioso que mesmo as personalidades consultadas ligadas à «Justiça», como o caso de um ex. Director da PJ ou do representante do Ministério da Justiça, não são propriamente conhecidas por defenderem o reforço do actual estatuto da Polícia judiciária, antes pelo contrário. Não é que faltem ex. Directores da PJ, ex. Ministros da Justiça, ex. Procuradores da República e outros especialistas (até mesmo da Judiciária, porque não?), que pudessem, de algum modo, contribuir para um maior equilíbrio de opiniões e sensibilidades... só que, das duas uma: ou foram consultados, mas estavam ocupados com coisas bem mais relevantes ou então são opiniões que não interessavam.

Todo este processo (estudo académico e tecnocrático suportado nos sectores profissionais tradicionalmente «securitários») faz lembrar muito o que se passou na reforma da polícia belga de 2000, curiosamente criticada, 6 anos depois, por um dos seus principais autores (Lod Van Utrive). Uma reforma com ideias similares, cujos resultados, de lá para cá, deixam muito a desejar e que teve também uns «colaboradores muito voluntariosos e intensos»: os «gendarmes».

Por outro lado, não resisto a considerar, que, nas suas principais ideias, este estudo não representa mais do que um aperfeiçoamento da fundamentação teórica de ideias já «velhas», constantes em trabalhos de mestrado e de pós graduação de destacados elementos da PSP, ... precisamente aqueles que prestaram uma colaboração «continuada e intensa».

Ou seja, não traz nada de novo nem nada que nos surpreenda pela positiva.

Ainda sobre o «**Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna**»:



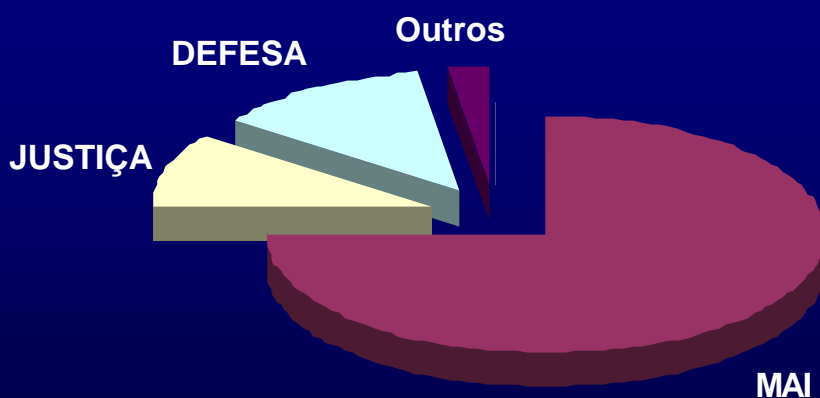


ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

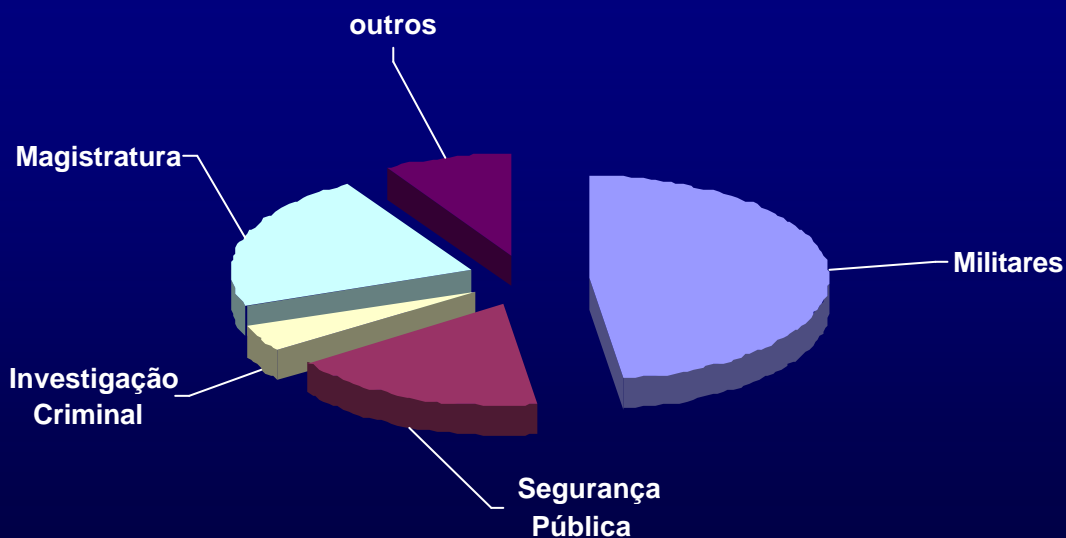


ASFIC/PJ

Proporção das opiniões consultadas por entidades ligadas a ministérios



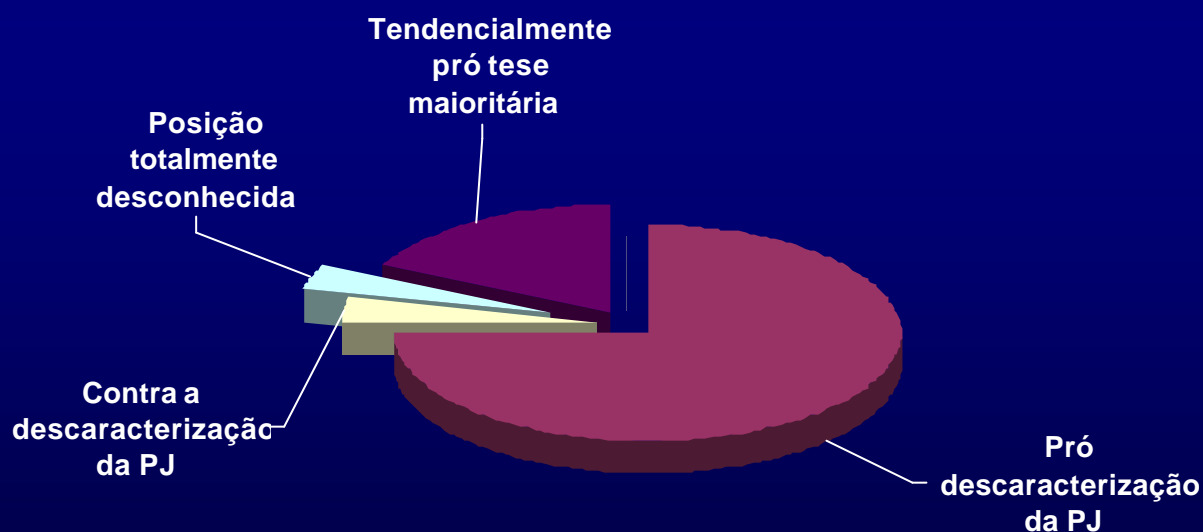
Proporção das opiniões consultadas por profissões



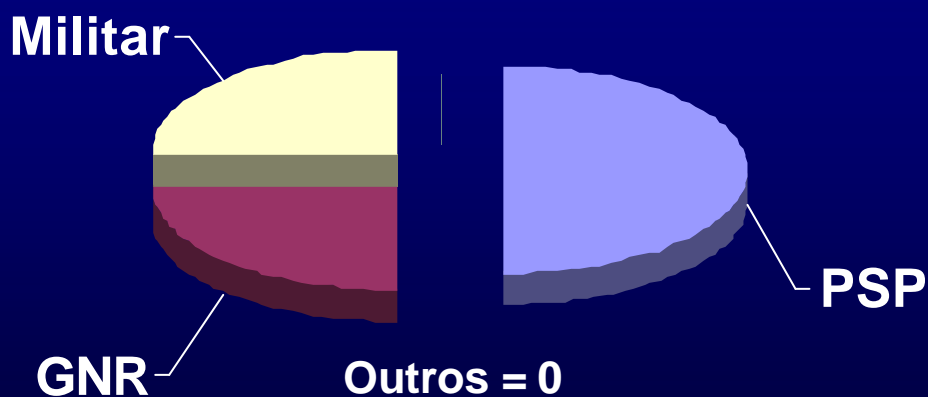


ASFIC/PJ

Proporção das entidades com posição conhecida antes do estudo



Proporção da colaboração «continuada ou intensa» no estudo





ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



ASFIC/PJ

Entidades que colaboraram no Estudo para a Reforma do Modelo de Organização do Sistema de Segurança Interna

Entidades	Contributo	N.º entidades	Qualidade profissional
Ex. Ministros da Administração Interna	Colaboração/opinião	7	
Ex. Ministros da Justiça		0	
Ex. PGR		0	
IGAI (MAI)	Colaboração/opinião	1	Magistrado MP
Ex. Comandantes da GNR	Colaboração/opinião	4	Tenente General
Ex. Directores da PSP	Colaboração/opinião	2	1 Superintendente + 1 Magistrado
Ex. Director do SEF	Colaboração/opinião	1	Magistrado do MP
Ex. DN PJ	Colaboração/opinião	1	Magistrado Judicial
Ex. Director do SIS	Colaboração/opinião	1	Magistrado Judicial
Ex. FALSEC ...	Colaboração/opinião	1	Capitão
Ex. DG Autoridade Marítima	Colaboração/opinião	1	Vice-almirante
Ministério da Defesa	Representante institucional	1	Tenente General
DG Autoridade Marítima	Representante institucional	1	Vice-almirante
DG Autoridade Marítima	Representante institucional	1	Contra-almirante
DG Autoridade Marítima	Representante institucional	1	Assessor jurídico
Ministério da Justiça	Representante institucional	1	Professor Universitário
Polícia Judiciária	Representante institucional	1	Coordenador Superior
GNR	Colaboração continuada e voluntária	1	Tenente Coronel
PSP	Colaboração continuada e voluntária	3	Intendente/Subintendente
PSP	Colaboração intensa	2 dos anteriores	Intendente/Subintendente
Forças Armadas	Assessor permanente da equipa científica	1	Coronel
